

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

## COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO SETOR MINERAL – CPNM

### Ata da 11ª Reunião Ordinária

**Local:** Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais – DRT/MG

**Data:** 05 de dezembro de 2003

**Horário:** 09h00 às 17h00

**Participantes:** Alexandre Trajano de Arruda (DNPM), Almir Augusto Chaves (DRT/DF), Hermano Gomes Machado (CNIF), Ivone Corgosinho Baumecker (DRT/MG), José Carlos do Vale (MME), Lênio Sérgio Amaral (FUNDACENTRO), Mário Parreiras de Faria (DRT/MG), Marta de Freitas (FUNDACENTRO), Rinaldo Marinho Costa Lima (DSST/SIT), Roberto Dias Lima (CNIF) e Rogério Alves da Silva (Apoio SIT/DSST).

**Ausências justificadas:** Alfredo Febel (CNC), Cleber José Baldoni Gomes (CNC) e Fernando Vilar Lignani (CNI).

Coordenada por Dr. Mário Parreiras a reunião teve início com a leitura da Ata da 10ª Reunião Ordinária que foi aprovada e assinada pelos membros presentes. O Coordenador informou sobre a correspondência encaminhada pelo suplente da Coordenação da CPNM, Luiz Carlos Emanuely Osório, solicitando sua substituição e indicando Roberto Cláudio Lodetti, da DRT de Santa Catarina e Coordenador da Comissão Regional do Setor Mineral de Santa Catarina.

Sobre a composição da Comissão, foi informado por José Carlos que existe uma lista com nova representação da Bancada dos Trabalhadores e que em breve seria encaminhada ao DSST. Ainda no sobre o assunto Rogério Alves informou que na 36ª Reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP foi deliberado que não existiria mais a figura do representante da CTPP nas bancadas da CPNM, cabendo a seus respectivos coordenadores indicar substituto.

A questão da exposição a poeira mineral e sua forma de avaliação foi amplamente discutida e deliberou-se por consenso quanto a necessidade de se elaborar uma regulamentação que proporcione metodologias de avaliações qualitativas de poeiras minerais, contribuindo para uma padronização das fiscalizações no setor mineral. Rinaldo Lima, Diretor Interino do DSST, fez algumas considerações quanto a forma de gestão a ser realizada em 2004 sendo que a SIT e o DSST pretendem investir nas Comissões e Grupos Tripartites para recuperar tanto o tempo pedido quanto o prestígio do processo negocial tripartite. Informou ainda que foi publicada a Portaria n.º 63, de 02 de dezembro de 2003 com as alterações sobre a CIPAMIN propostas pela CPNM.

Mário Parreiras comentou sobre o SESMT Único, que está sendo constituído no complexo da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD em Itabira, abrangendo as contratadas e que foi aprovado pela DRT e fez uma breve explanação sobre a

25 metodologia desse Serviço cujos profissionais são contratados diretamente pela  
empresa principal. José Carlos enfatizou a importância de se estar construindo  
SESMTs na modalidade descrita, dizendo ser preocupante os resultados até aqui  
30 obtidos com os SESMTs existentes, frisando que se tem discutido muito como deve ser  
a formação dos Serviços, quando na verdade o que deveria ser observado e levado em  
consideração é se o trabalhador está ou não desenvolvendo suas atividades com saúde  
e segurança. Enfatizou que segundo dados que dispõem os números de benefícios  
concedidos por doenças, ditas comuns, são muito maiores que os concedidos por  
doenças profissionais e que isto pode ser sinal de falta de ação dos SESMTs no  
35 diagnóstico destas doenças e que o Sistema Único de Saúde tem um papel  
fundamental no controle da qualidade das ações do SESMT. Quanto a este aspecto  
Marta de Freitas enfatizou a dificuldade criada pela Secretaria Municipal de Saúde de  
Belo Horizonte com a transformação do CESART do Barreiro em Centro Regional de  
Saúde do Trabalhador que passará a dar assistência à saúde do trabalhador a 58  
municípios da região metropolitana tendo aumento em sua verba de apenas 23 mil  
40 reais, quantia que é insignificante para dar conta do aumento da demanda.

Mário Parreiras relatou sobre a Audiência Pública que a Subcomissão do Mármore e  
Granito realizada dia 20/11/2003, em Itaoca / ES que contou com a presença de todos  
os envolvidos com a atividade de extração da pedra marroada (empregadores,  
trabalhadores, sindicatos, Ministério Público, Prefeitura, IEMA entre outras instituições).  
45 Falou sobre as interdições de pedreiras ocorridas naquela localidade e sobre a  
complexidade dos problemas que envolvem aquele setor. Informou sobre a realização  
da 11ª Reunião da SPNMG em 21/11/2003 em Cachoeiro de Itapemirim que  
basicamente se concentrou na avaliação sobre as repercussões da Audiência Pública e  
na busca de medidas para pelo menos melhorar a situação daquele pólo extrativo e  
50 frisou que a Subcomissão tem conseguido, mesmo com dificuldades, dar andamento  
em seus trabalhos. Alexandre Trajano ressaltou a necessidade de se estar resgatando  
o caráter nacional da SPNMG bem como se colocar em prática o Termo de Cooperação  
Técnica celebrado entre o DNPM e o DSST e realizar com base nesse documento uma  
reunião conjunta com a CPNM, SPNMG, Comissão Regional do Carvão de Santa  
55 Catarina com o objetivo de ampliar a divulgação da NR-22 e para que o MTE e o  
próprio DNPM obtenham mais apoio para suas respectivas ações. O Coordenador da  
CPNM solicitou informações do representante do DNPM sobre os estudos sobre  
silicose que aquele Departamento suportou junto à UNICAMP.

Foi informado que ainda não se conseguiu a formação da Comissão Regional da  
60 Mineração do Estado de Minas Gerais por se tratar de uma instância regional, com  
abrangência e competência estadual, porém sem estrutura para analisar todos os  
problemas do setor mineral e que assim estaria proposta inicialmente a criação de uma  
comissão que se debruçaria sobre o setor mineral no quadrilátero ferrífero.

Quanto à poeira mineral Hermano Machado enfatizou a importância de se buscar a  
65 normatização de avaliação quantitativa, sugerindo que se parta da metodologia  
proposta pela Fundacentro e que se leve em conta as questões administrativas e de  
responsabilidade técnica e apontando para um código de práticas, especificando os  
passos e as estratégias de avaliação e indicando a metodologia usada e construindo  
um quadro de classificação dos riscos em função da gravidade e da frequência dos

- 70 riscos e dos controles existentes, usando inclusive parâmetro internacionais. Ivone  
sugeriu que também fosse estabelecido um Código de Práticas para o controle médico,  
especialmente quanto à realização de R-X de tórax, face às dificuldades que se tem  
75 encontrado nas fiscalizações no setor. José Carlos enfatizou as questões éticas que  
estão envolvidas na avaliação médica dos trabalhadores e que em alguns casos se  
constata até mesmo falta de ética e que a sugestão de Hermano Machado pode  
estabelecer um controle destas questões. Informou ainda que em alguns países como o  
Chile há padrões mínimos para grandes, médias e pequenas empresas. Ivone propôs  
que se incorporassem na NR-22 dois códigos de práticas: um para avaliação da  
80 exposição a poeiras minerais e outro para avaliação dos trabalhadores expostos a  
poeiras. Por seu turno Lênio Sérgio relatou que está em fase final de redação pela  
Fundacentro a Norma de Higiene Ocupacional NHO-08, que estabelece critérios para  
avaliação de aerodispersóides entre os quais as poeiras e que para o cálculo da  
exposição a poeiras minerais só poderia ser realizado em situações em que a poeira  
85 tenha mais de 1% de sílica livre. Lênio apresentou os termos gerais da proposta da  
NHO-08 e explicou as dificuldades de realização dos acertos finais da NHO e que no  
Código de práticas proposto se poderia simplificar a estratégia de amostragem adotada  
na NHO-08, com a colocação de exemplos práticos de cálculos da exposição e que  
deveria ser suprimida a coleta de poeira total, pois não há metodologia e padrão para  
coleta de poeira total, que inclusive não é adotada pela Fundacentro.
- 90 Finalizando a reunião ficou estabelecido o planejamento de ações da CPNM para o ano  
de 2004, com 5 reuniões ordinárias envolvendo os seguintes trabalhos: definição dos  
códigos de práticas para avaliação ambiental de poeiras minerais e de controle médico  
de trabalhadores sujeitos à exposição a poeiras minerais, divulgação da NR-22,  
95 aprimoramento da NR-22 para minerações especiais como mineração de minerais  
radioativos e garimpos, sendo acordado entre os presentes a elaboração de um  
Regulamento Técnico de Procedimentos para essa atividade; descentralização da  
CPNM para outros estados e acompanhamento dos trabalhos da SPMNG. Foi indicada  
a data de 12 de março de 2004 para realização da próxima reunião da Comissão (12ª  
100 Ordinária) com a seguinte pauta: definição do Código de Prática para Avaliação da  
Exposição a Poeiras Minerais e proposta Código de Prática para Avaliação da Saúde  
do Trabalhador Mineiro e apresentação de proposta de cronograma de divulgação da  
NR-22 para trabalhadores e empregadores. Nada mais tendo a ser discutido, a reunião  
foi encerrada com ata a ser lavrada posteriormente e encaminhada aos membros da  
CPNM para aprovação.
- 105 Representação da bancada de Governo

Representação da bancada de empregadores

110

Representação da bancada de trabalhadores